



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000076066

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1036522-95.2021.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante GISLIANA ELIZABETH LOPES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROBERTO MAC CRACKEN (Presidente sem voto), GILBERTO FRANCESCHINI E PAULO TOLEDO.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

MARA TRIPPO KIMURA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº 2156

APELAÇÃO Nº: 1036522-95.2021.8.26.0576

COMARCA: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ORIGEM: 6ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

JUIZ DE 1ª INSTÂNCIA: MARCELO ANDRADE MOREIRA

APELANTE: GISLIANA ELIZABETH LOPES (JUSTIÇA GRATUITA)

APELADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

Apelação. Bancário. Ação de obrigação de fazer. Superendividamento. Sentença de improcedência. Recurso da autora. Pedido de limitação dos descontos a 30% dos rendimentos da autora. Lei 10.820/2003. Limite de 30% para empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento. Limite que não se aplica aos descontos em conta corrente. Incidência do Tema 1085. Empréstimo descontado em folha de pagamento que obedece a limitação legal. Inocorrência de dano moral. Recurso não provido.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 404/409, cujo relatório é adotado, que julgou improcedente o pedido da autora, revogando tutela antecipada anteriormente concedida e condenando-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, suspensa a exigibilidade em razão da justiça gratuita concedida.

Rejeitados embargos de declaração opostos pela autora (fls. 420/421).

Inconformada, a autora apela às fls. 424/430, pretendendo a reforma integral da sentença, sustentando que os descontos relacionados a dívidas contraídas junto ao réu ultrapassam o limite legal de 30% dos seus rendimentos. Alega que ambas as contratações são empréstimos consignados, sendo que o primeiro contrato é descontado diretamente em folha de pagamento enquanto o segundo é debitado de sua conta salário antes que possa ser transferido para outra conta corrente. Além da limitação dos descontos, requer a restituição dos valores indevidamente cobrados e a condenação do requerido em danos morais no valor de

R\$ 5.000,00.

Contrarrazões às fls. 434/444.

Tempestivo o recurso e isento de preparo, pois a recorrente é beneficiária da justiça gratuita (fls. 32).

Não há oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Inicialmente, não reconheço violação ao princípio da dialeticidade aventada em contrarrazões. A apelação atacou a r. sentença, não estando as razões dissociadas dos seus fundamentos.

No mérito, o recurso não comporta provimento.

Incontroverso que a autora celebrou com os réus dois contratos de empréstimo:

1. operação nº 314241594, crédito consignado, firmada em 08.06.2018, com parcelas mensais no valor de R\$ 1.499,98 (fls. 22 e 68/69); e

2. operação nº 350850123, crédito consignado, firmada em 28.02.2019, com parcelas mensais no valor de R\$ 1.060,96 (fls. 23 e 70/71).

A operação nº 314241594 foi vinculada à fonte pagadora Centro Médico Rio Preto S/C LTDA e seguiu **descontada da folha de pagamento** da autora, conforme demonstrativos de pagamento referentes a junho e julho de 2021 (fls. 26 e 28).

A operação nº 350850123 foi vinculada à fonte pagadora Fundação Faculdade Regional de Medicina S J Rio Preto, porém, de acordo com o relato inicial, após desligamento da autora em novembro de 2019 (fls. 31), nenhum valor foi debitado até junho de 2021, quando o valor mensal de R\$ 1.426,62 passou a ser **debitado em conta corrente** como dívida/acordo em atraso (fls. 29).

Nenhuma das partes noticiou, de forma clara, a renegociação da segunda operação. Contudo, é o que indicam os elementos do processo. A autora,

embora faça objeção ao valor total dos descontos, em momento algum impugna a origem do desconto de R\$ 1.426,62; pelo contrário, faz referência a uma renegociação em maio de 2021 – um ano e meio após a suspensão dos descontos originais em folha de pagamento, interrompidos em novembro de 2019, e anterior ao início dos novos descontos, efetuados em conta a partir de junho de 2021 (fls. 3/4). O requerido, com a defesa, apresentou telas sistêmicas indicando que o contrato atualmente está inativo, constando como “liq antec cc pj” desde dezembro de 2019 e “baixa prejuízo” desde fevereiro de 2020 (fls. 76/79).

Em suma, a operação de empréstimo consignado nº 350850123 está **inativa**, findos os descontos em folha de pagamento da autora em novembro de 2019. Desde junho de 2021, porém, há novamente cobrança de R\$ 1.426,62, advindo, ao que se infere, de renegociação da mencionada dívida após o término do vínculo empregatício da autora. Essa cobrança, como visto, é realizada através de **débito em conta corrente**.

Sendo este o caso, necessário esclarecer, desde logo, que a esta operação é inaplicável a limitação estabelecida na Lei 10.820/2003, alterada pela Medida Provisória 1006 transformada na lei 14.131, de 2021, pois restrita aos empréstimos consignados em folha de pagamento, conforme fixado pelo C. STJ, sob a sistemática dos recursos repetitivos (REsp 1863973-SP).

Confira-se: *"São lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto esta autorização perdurar, não sendo aplicável, por analogia, a limitação prevista no § 1º do art. 1º da Lei n. 10.820/2003, que disciplina os empréstimos consignados em folha de pagamento."* (STJ. 2ª Seção. REsp 1863973-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 09/03/2022, Recurso Repetitivo Tema 1085).

Nessa toada:

“APELAÇÃO. Ação de restituição de valor debitado indevidamente c.c. danos morais. CONTRATO BANCÁRIO. Desconto de empréstimo em conta corrente utilizada para recebimento de salário.

Admissibilidade. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça proferido em julgamento do Tema 1085. Precedentes desta Câmara. DANOS MORAIS. Inocorrência, ante a ausência de ilegalidade na conduta do réu. Sentença mantida. Honorários advocatícios majorados. RECURSO NÃO PROVIDO.” (TJSP; Apelação Cível 1016445-57.2024.8.26.0577; Relator (a): Ernani Desco Filho; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José dos Campos - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/12/2024; Data de Registro: 02/12/2024) (grifo nosso).

“AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS. Sentença de improcedência. ADMISSIBILIDADE: Os descontos em folha de pagamento não excedem o percentual legal. O alegado excesso estaria nos descontos em conta corrente, sendo incabível a limitação. A questão já foi decidida pelo C. STJ, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.085), REsp 1.863.973, de observância obrigatória. Empréstimos livremente contratados pelo consumidor. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.” (TJSP; Apelação Cível 1006907-13.2024.8.26.0590; Relator (a): Israel Góes dos Anjos; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Vicente - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 08/11/2024; Data de Registro: 08/11/2024) (grifo nosso).

“APELAÇÃO AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO COM BASE NA LEI DE SUPERENDIVIDAMENTO LIMITAÇÃO DE DESCONTOS SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO Pretensão de limitação da retenção de verbas para pagamento dos débitos da autora para com o réu em 30% de seus rendimentos líquidos A retenção dos rendimentos percebidos pela parte, diretamente, por meio de desconto consignado em folha, não pode superar o percentual acima indicado, sob pena de ofensa à sua própria dignidade - Limite respeitado pelo único empréstimo consignado em folha de pagamento Demais empréstimos com descontos em conta corrente, que não podem sofrer qualquer limitação a teor do entendimento firmado pelo E. STJ no julgamento de Recurso Especial Repetitivo (tema 1085). SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO”. (TJSP; Apelação Cível 1001931-42.2022.8.26.0069; Relator (a): Sergio Gomes; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de Bastos - Vara Única; Data do Julgamento:

01/10/2024; Data de Registro: 01/10/2024).

Quanto ao outro empréstimo, porque consignado com descontos em folha de pagamento, é indispensável que se obedeça ao limite previsto pela legislação no tocante à porcentagem permitida.

A Lei nº 10.820/2003 estipulava que os descontos referentes a empréstimos consignados em folha de pagamento ou benefício previdenciário poderiam alcançar o limite de 30% desses rendimentos, com mais 5% destinados exclusivamente para despesas de cartão de crédito, havendo majoração no percentual passível de desconto de consignado pela Medida Provisória 1006, de outubro de 2020, convertida na Lei 14.131/2021:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2021, o percentual máximo de consignação nas hipóteses previstas no inciso VI do caput do art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no § 1º do art. 1º e no § 5º do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como em outras leis que vierem a sucedê-las no tratamento da matéria, será de 40% (quarenta por cento), dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados exclusivamente para: I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou II - utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Adveio a MP 1106, em março de 2022, convertida na Lei 14.431, de agosto de 2022, pela qual se alterou:

I) o artigo 1º, §1º da Lei 10.820/2003: “O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 40% (quarenta por cento), sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado”.

Na data em que foi contratado o primeiro empréstimo

(operação nº 314241594), em **junho de 2018**, ainda estava vigente o texto original da lei 10.820/2003. Logo, para seus descontos deve ser respeitado o limite de **30%** dos rendimentos da autora.

O vencimento bruto da autora é de R\$ 8.727,45 e, com descontos de imposto de renda e contribuição previdenciária, recebe cerca de R\$ 6.800,00. O desconto de R\$ 1.499,98 referente ao empréstimo não alcança 25% de seus rendimentos, respeitado o limite previsto.

Não vislumbro ilegalidade na contratação, consequentemente, não há motivação para determinação de devolução de valores ou de condenação do requerido em danos morais.

Portanto, fica mantida a sentença por seus próprios fundamentos.

Pelo não provimento do recurso, majoro os honorários sucumbenciais em 3% sobre o valor da causa atualizado, com fundamento no art. 85, §11, CPC e tema 1059 do STJ, observada a justiça gratuita e a condição suspensiva do CPC, art. 98, §3º.

Finalmente, apenas para evitar futuros questionamentos desnecessários, tenho por expressamente ventilados, neste grau de jurisdição, todos dispositivos legais e constitucionais citados em sede recursal.

Observo ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes.

Ante o exposto, pelo meu voto, na parte conhecida, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

MARA TRIPPO KIMURA

Relatora